

# A redução da dívida dos latinos

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O governo brasileiro, como credor de cerca de US\$ 9 bilhões junto a países do Terceiro Mundo, pretende agora promover uma ampla revisão do relacionamento com seus parceiros mais pobres e deseja aplicar na prática, principalmente nos países latino-americanos, os instrumentos "não convencionais" de redução do estoque da dívida externa. O Brasil quer testar, com seus parceiros latinos, os mecanismos de troca de papéis com deságio, os mesmos que advoga como solução ao endividamento brasileiro junto a seus principais credores privados internacionais.

O País tem créditos da ordem de US\$ 3,5 bilhões na região. Desse total, cerca de 40% está atrasado por dificuldades de balanço de pagamentos de seus vizinhos. "A continuar essa situação, vamos perder a capacidade de dar financiamentos aos nossos parcei-

ros latino-americanos e vamos acabar perdendo a capacidade de sustentar o comércio e o processo de integração regional", disse ontem o secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral. Ele colocou a reavaliação do relacionamento com a América Latina como um dos pontos importantes da estratégia brasileira de renegociação da dívida externa.

Anunciou, também, durante pronunciamento na comissão da dívida externa do Senado Federal, como próximo passo, para breve, o lançamento de uma ou de várias operações de redução do estoque da dívida externa do Brasil, que prevêem "a troca de papéis, nova emissão de bônus de saída, de títulos de securitização, recompra da dívida". Na exposição aos senadores, ele disse que, se o País tiver condições de abater US\$ 10 bilhões ao ano de sua dívida, ao final de três anos terá reduzido à metade os débitos para

com os bancos comerciais internacionais, que hoje montam cerca de US\$ 60 bilhões. E depositou uma forte expectativa de que na próxima reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), em abril, haja uma profunda revisão da estratégia da dívida, levando à construção de mecanismos de redução de seu estoque.

Paralelamente à sua ação como devedor, o governo deverá iniciar as gestões junto aos países latino-americanos para promover tal redução no estoque da dívida desses governos. As propostas brasileiras são: troca de papéis, através da qual o país devedor do Brasil vai ao mercado secundário e compra papéis brasileiros com deságio e paga pelo valor integral ao País. O deságio, que chega a 70%, seria apropriado pelo país devedor do Brasil, e este cancelaria a dívida pelo valor total do título.

Outra alternativa que o governo brasileiro oferecerá aos seus devedores é o pagamento em moeda local. Por exemplo, se a Argentina deve US\$ 100 milhões, paga para o Brasil o equivalente em austral, e o governo brasileiro vende os austrais recebidos a empresas nacionais interessadas em investir na Argentina. A terceira medida que Amaral disse poder explorar é a renegociação dessa dívida dos países latino-americanos com o Brasil, em condições "bem mais favoráveis" do que as atuais. Com a dívida africana, a idéia é buscar apenas a primeira sugestão, de troca de papéis.

(Continua na página 29)

# A redução da dívida dos...

por Cláudia Safatle  
de Brasília  
(Continuação da 1ª página)

Além da redução do estoque da dívida à proporção razoável, ele defendeu no Senado federal uma reavaliação das relações comerciais com os países do Terceiro Mundo. A política de exportar a qualquer custo para fazer frente aos encargos da dívida externa brasileira se esgotou. "Não adiantam bons números de exportação se não conseguimos receber nossos créditos", disse. No relacionamento intralatino, a perspectiva é um pouco diferente, já que está em jogo não só os recursos mas todo um processo de integração regional. Nesse caso, defendeu Amaral, a saída é buscar um comércio equilibrado.

Outro ponto importante colocado por Amaral na conversa com os senadores, refere-se à elevação recente das taxas de juro internacionais. O aumento de 3% nos juros nos últimos doze meses "agravou o problema e mais do que compensou os ganhos obtidos nas diferentes negociações de reescalonamento. O resultado é que a situação de um bom número de países devedores, em particular na América Latina, é de uma gravidade sem precedentes". No caso específico do Brasil, a negociação de redução dos "spreads" no ano passado representou uma economia de US\$ 400 milhões. Mas só

com o impacto da elevação dos juros nos últimos doze meses, o País arcará com um custo adicional de US\$ 1,5 bilhão sobre a dívida.

Para evitar que fatores exógenos tumultuem ainda mais o gargalo do endividamento externo, o governo brasileiro conseguiu incluir no acordo de 1988 uma cláusula de salvaguarda pela qual o acordo poderia ser revisto.

Como o aumento de juros demora seis meses para resultar em impacto sobre os desembolsos do Brasil para saldar os encargos da dívida, Amaral disse que há tempo para "avaliar a possibilidade de invocar a cláusula de salvaguarda".

Indagado pelo senador Afonso Sancho (PDS-CE) sobre quanto da dívida poderia ser objeto de desconto, Amaral calculou que o mercado secundário é operado apenas pelos bancos comerciais, e suportaria uma negociação com deságio da ordem de 27 a 28%, nível atual, se as operações se situassem na faixa de até US\$ 300 milhões. Acima disso, o deságio cairia, subindo a cotação do título brasileiro.

Elogiado tanto pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) quanto pelo senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), ambos líderes do Senado, Amaral concordou que os acordos assinados até agora são insuficientes, que a negociação não convencional é ainda tímida, e reforçou que o

País continua transferindo gressos de recursos; 2) iniciar os mecanismos de reterno Bruto (PIB) para o exterior, situação incompatível com a retomada do crescimento sustentado latino-americano. Amaral compareceu à comissão acompanhado do diretor da área da negociação externa deste ano: 1) acelerar os in-